

# **MIGRAÇÃO, REFÚGIO E OS DESAFIOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO À LUZ DA POLÍTICA MIGRATÓRIA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Diana Ambrosio de Lima Silva (UFRN)  
Anderson Christopher dos Santos (UFRN)  
Raquel Maria da Costa Silveira (UFRN)  
Richardson Leonardi Moura da Câmara (UFRN)

## **Resumo**

Apesar do direito do migrante estar em conformidade com o direito da liberdade de ir e vir, e as normas do direito internacional estabelecerem proteção às categorias específicas como migrantes refugiados e apátridas, o processo migratório ainda é compreendido, socialmente, como um grave problema público em muitos territórios. Diante disso, o estudo apresentou como objetivo identificar como o Estado do Rio Grande do Norte tem atuado para superar os desafios para a inclusão e garantia de direitos de migrantes em condição de refúgio, tomando como base as políticas estaduais e como tem colaborado no desenvolvimento da política migratória nacional. No tocante à metodologia, a presente investigação parte do método de pesquisa monográfico e em relação à abordagem ela se classifica como qualitativa, nessa perspectiva, foram utilizados três procedimentos de pesquisa para a sua realização: Pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, e a aplicação de entrevistas. Como resultado verificou-se que o Estado do Rio Grande do Norte tem dado uma contribuição significativa no tocante à pauta migratória a nível local e nacional em razão do seu engajamento, institucionalização da política migratória estadual, da criação do CERAM/RN e sua atuação transversal com diversos organismos nacionais e internacionais.

## **Resumo Expandido**

### **Introdução**

Apesar do direito do migrante estar em conformidade com o direito da liberdade de ir e vir, e as normas do direito internacional estabelecerem proteção às categorias específicas como migrantes refugiados e apátridas, o processo migratório pode ser compreendido, socialmente, como um grave problema público, sendo visualizado como ameaça à soberania nacional, frente a desestabilização da cultura local e sobrecarga dos serviços públicos por muitos Estados nacionais e subnacionais. Essa visão está por trás de políticas migratórias restritivas criadas pelos entes subnacionais para dificultar a inclusão de migrantes, principalmente refugiados, em serviços públicos e na sociedade. Tais fatores favorecem condições de risco à vida, a exploração e discriminação desses grupos populacionais sendo necessário o fortalecimento dos direitos humanos nos países de acolhida (Pacífico et al, 2021).

### **Objetivos**

O presente estudo apresentou como objetivo identificar como o Estado do Rio Grande do Norte tem atuado para superar os desafios para a inclusão e garantia de direitos

de migrantes em condição de refúgio, tomando como base as políticas estaduais e como tem colaborado no desenvolvimento da política migratória nacional.

Em relação aos objetivos específicos buscou: a) Apresentar os desafios para a inclusão social de migrantes refugiados no Brasil e no RN; b) Identificar as políticas e ações de acolhimento e inclusão criadas pelo Governo do estado do Rio Grande do Norte como indutoras da garantia de direitos de migrantes refugiados; c) Analisar o cenário de implementação das estratégias estaduais voltadas à inclusão de migrantes refugiados; d) Identificar as iniciativas do estado do Rio Grande do Norte no tocante ao diálogo com outros estados brasileiros em prol do fortalecimento da política migratória nacional.

### **Metodologia**

No tocante à metodologia, essa investigação parte do método de pesquisa monográfico, levando em consideração que estudos de casos podem ser aplicados a, instituições, grupos, comunidades dentre outros fatores passíveis de análise (Gil, 2008) e apresenta abordagem qualitativa, a qual busca observar e caracterizar um fenômeno ou objeto a partir de análise e de experiências vividas sobre o assunto (Prodanov; Freitas, 2013). Nessa perspectiva, foram utilizados três procedimentos de pesquisa para a realização do presente estudo: Pesquisa documental com foco na análise do Plano e da Política Migratória Estadual, pesquisa bibliográfica a partir do levantamento dos principais estudos sobre política migratória, inclusive no cenário do Estado do RN, e a aplicação de entrevistas.

As entrevistas foram realizadas com gestores da política migratória em nível estadual com o propósito de entender o que vem sendo desenvolvido no tocante às boas práticas e em relação à própria governança migratória no Estado do Rio Grande do Norte, o trabalho também contou com a participação de um especialista acadêmico sobre o tema para discutir sobre a importância da atuação que vem sendo desenvolvida na condução da política migratória pelo referido Estado.

### **Síntese dos resultados**

No que se refere ao objetivo de identificar os desafios para a inclusão social de migrantes refugiados no Brasil e no RN, identificou-se que no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, os desafios para a inclusão de migrantes refugiados estão atrelados à escassez de recursos humanos para atuar no trabalho desempenhado pelo governo do Estado, no tocante a pauta migratória.

Além disso, um desafio local e nacional é atuar na sensibilização de todos os órgãos da administração pública sobre o direito de acessar os serviços públicos que o migrante possui. É preciso um longo processo de formação continuada com os agentes públicos para

garantir, de fato, a efetivação da política migratória e sua busca pela garantia do acesso dado, a essa população, aos serviços públicos tanto no território estadual como a nível nacional.

No que diz respeito a criação de políticas e ações de acolhimento e inclusão desenvolvidas pelo Governo Estadual como indutoras da garantia de direitos de migrantes refugiados, o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado da Região Nordeste a criar e implementar o Plano de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes. O documento foi elaborado pelo Comitê Estadual Intersectorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes no Rio Grande do Norte - CERAM para orientar as iniciativas do Estado, sobre a gestão migratória, no período de 2021 - 2024. O Plano mostrou o compromisso do governo do Estado em proteger e garantir os direitos dos migrantes, inclusive, de grupos solicitantes de refúgio.

Somado ao Plano, frisa-se que a Política Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN (PEARAM), instituída pela Lei Complementar no 729, de 11 de Janeiro de 2023, surge com o propósito de atuar de forma transversal às políticas e serviços públicos do Estado, e fundamentar ainda mais a garantia do acesso dos migrantes aos programas e políticas no âmbito local.

Em relação ao cenário de implementação das estratégias estaduais voltadas à inclusão de migrantes refugiados foi possível verificar que após a institucionalização do CERAM, o governo vem apresentando um esforço considerável para que a atuação do Estado se alinhe com as obrigações relativas aos tratados internacionais para migrações, bem como tem havido massivo esforço para que cada vez mais agentes públicos sejam capacitados sobre a pauta migratória.

No que tange às iniciativas do governo do Rio Grande do Norte que têm colaborado com a elaboração da política migratória nacional é possível destacar a intersectorialidade da política com entes subnacionais e diferentes instituições nacionais e internacionais.

Somado a isso, o governo do Rio Grande do Norte, além de compor a presidência do FONNACERAM, foi um dos estados fundadores do Órgão, cuja importância está diretamente ligada ao seu poder de reunir conselhos e comitês estaduais para tratar de questões relacionadas a refugiados, apátridas e migrantes. Assim, por meio da participação no Fórum, o CERAM conseguiu contribuir efetivamente com a transição do governo Bolsonaro, para o Governo Lula, nesse processo foi estabelecida a institucionalização do plano de regulamentação da política nacional, onde as indicações do CERAM atuaram sobre o eixo número três, que trata do acesso a políticas públicas e inclusão de migrantes no território, a importância das suas contribuições o fizeram alcançar respaldo significativo na composição da política migratória nacional.

## Referências

Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em 11 de novembro de 2022.

PACÍFICO, A.C.; PINHEIRO, A.T.; GRANJA, J.P.F.V.; VARELA, A. O Estado da Arte sobre Refugiados, Deslocados Internos, Deslocados Ambientais e Apátridas no Brasil: atualização do Diretório Nacional do ACNUR de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso de graduação em João Pessoa (Paraíba) e artigos (2007 a 2017). Campina Grande: EDUEPB, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9zzts>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.docsity.com/pt/metodologia-do-trabalho-cientifico-metodos-e-tecnicas-de-pesquisa/4851085/>. Acesso em 11 de novembro de 2022.